

# EDITORIAL

A Revista Gestão & Tecnologia surgiu da necessidade premente de se aprofundar a discussão sobre a larga utilização e a propagação das novas Tecnologias. Nos últimos anos tem-se observado o desenvolvimento contínuo da ciência, com a criação e incremento de novas metodologias, assim como o desafio que estamos enfrentando em manter o desenvolvimento social, econômico e tecnológico sem danificar o planeta. Para tanto, a revista, busca discutir os assuntos hodiernos em pauta e, ainda, apresentar propostas e soluções com o objetivo de alinhar os diversos óbices do discurso científico e, trazer para a sociedade, alternativas que busquem pelo menos dirimi-los ou aplacar seus impactos mais agressivos e lesivos à sociedade. Se por um lado a ciência melhora e amplia a nova ótica mercadológica, organizacional das instituições, contudo traz novos desafios à sociedade contemporânea como uma nova realidade onde se faz necessário a mudança de certos padrões de consumo e gestão. A combinação tecnologia e o meio-ambiente são uma tendência cada vez mais presente na nova ordem mundial e que vai acompanhar todos os processos e o desenvolvimento de novas técnicas em todos os setores da ciência. Para acompanhar esta tendência do desenvolvimento tecnológico, as pesquisas ocorrem num ritmo acelerado, trazendo novidades constantes no que se refere ao tratamento de dejetos, uso de novas tecnologias, desenvolvimento de novas matrizes energéticas, desenvolvimento de equipamentos mais eficazes e de baixo custo com menos impacto sobre o meio ambiente entre outros. Nessa nova ordem a gestão dos recursos naturais busca manterem a produção em conformidade com as exigências ambientais se alinhando à tendência da exploração de modo ecologicamente correto, o que valoriza seus produtos. Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente estão intimamente interligados, assim como as demais ciências avançam sobre este foco para o desenvolvimento de novas formas de gestão integradas. A questão do papel da ciência e tecnologia em sociedades afligidas por tremendos problemas sociais tem sido sistematicamente evitada pelas elites do sistema, incluindo cientistas e políticos. Durante as últimas décadas, a opinião pública tem sido alimentada com o mito do “efeito de filtração” (trickle-down effect), de quanto mais pesquisa e desenvolvimento, melhor para a prosperidade econômica e o bem-estar social. Entretanto, como prova a dura realidade, a natureza dos nossos problemas sociais e ambientais não requer sofisticadas soluções de alta tecnologia, e sim, o uso mais racional de tecnologias “apropriadas” existentes e de políticas empenhadas na redução do desperdício e do consumo conspícuo. Outro importante fator para o desenvolvimento humano seria o aumento do nível de educação e dos conhecimentos do conjunto da população assegurando a incorporação de milhões de crianças ainda excluídas de um adequado sistema escolar. Como pode uma sociedade progredir sem a inclusão de toda a sua população. Da discussão precedente pode-se inferir que ciência e tecnologia não são politicamente neutras. Ao contrário, equipamentos e processos de trabalho bem como a organização e o manuseio dos mesmos estão inextricavelmente ligados às relações sociais produtivas. Em cada contexto histórico, espacial e socialmente determinado, as formas materiais de tecnologia representam uma combinação de diferentes níveis de poder econômico e político centralizado, enfrentando as aspirações contrabalanceadoras dos produtores por mais autonomia e auto-gestão. Por isso, práticas tecnológicas refletem as contradições políticas entre as dinâmicas da economia, tendendo a concentração e centralização do capital e as tendências opostas do sistema político, em direção à

democracia e auto-gestão. Essa tensão dialética estabelece os limites da ciência e tecnologia como instrumentos de mudança social. Pesquisas tecnológicas e seu desenvolvimento, as inovações e sua incorporação no sistema produtivo obedecem primeiramente a critérios econômicos e políticos. Proclamar a crença nas possíveis mudanças das relações de poder no sentido de mais equidade e justiça social derivadas de políticas convencionais de ciência e tecnologia soa ingênua ou deliberada mistificação. Em última instância o desenvolvimento social e econômico, incluindo ciência e tecnologia, não depende somente do volume de recursos disponíveis, mas de quem os controla e os usa, com que objetivos planos e valores. Uma demonstração inequívoca do modo enviesado adotado nos discursos oficiais sobre o papel da ciência é revelado por uma análise das discussões dos problemas ambientais nas reuniões e conferências internacionais sobre mudança de clima e fenômenos correlatos. Para evitar a redução de emissões em casa, os representantes dos países ricos, baseando-se nas evidências de resultados científicos dúbios, propõem vias e mecanismos mais complexos para escapar da obrigação de adotar uma política de clima limpa e racional, a partir de um quadro de referências sistêmico e interdisciplinar. Quando alertados pelos seus cientistas, os governantes consideram a política climática apenas como redução e controle das emissões. No entanto, há uma necessidade urgente de redesenhar os setores de energia e transportes, assim como a produção industrial para combater a poluição do ar e o congestionamento do tráfego. E a este desafio somam-se outros tão relevantes que merecem destaque e o devido enfoque por parte dos estudiosos. É importante admitir a extrema relevância da distribuição intra e intergerações, adotando uma posição ética em vez da neutralidade científica. Esses problemas não podem ser tratados e reparados somente por meio de soluções tecnológicas. A distribuição desigual de renda e dos ativos produtivos impõe pesadas restrições às políticas de desenvolvimento dos países pobres. O meio ambiente não deve ser encarado em suas dimensões ecológicas e econômicas apenas. As percepções humanas e as formas de utilização do meio ambiente e seus recursos são socialmente construídos e essas construções envolvem interesses, valores, expectativas e instituições que influenciam as interações humanas com o ambiente biofísico e social. Uma das formas da construção social do meio ambiente é manifesta nos direitos de propriedade, individual e coletiva. As estruturas sociais e os processos políticos asseguram sistemas específicos de propriedade que são mantidos e reproduzidos pelas relações sociais e os regimes políticos que os legitimam, bem como sua apropriação ou exclusão. Em consequência, o meio ambiente não pode ser tratado isoladamente, mas deve ser inserido no contexto dos processos sociais, econômicos e políticos. Neste sentido, um regime de governo democrático constitui fator crucial para uma gestão e proteção ambiental mais racional e sustentável que funcione no atendimento dos interesses coletivos. De outra forma, os interesses econômicos particulares de curto prazo prevalecem sobre as preocupações ambientais e sociais de longo prazo. Os porta-vozes do mercado ou as empresas insistem em afirmar que as condições econômicas e sociais precárias seriam inevitáveis para manter a lucratividade dos negócios, apesar de danos permanentes causados ao meio ambiente e às populações carentes e indefesas. Seria possível conciliar os interesses conflitantes do “big business”, da tecnocracia e do mundo das finanças com aqueles das populações pobres nas áreas rurais e urbanas. Os governos e as grandes empresas procuram escapar de sua responsabilidade de enfrentar os perigos à sobrevivência da humanidade reclamando por mais evidências científicas. O argumento é falacioso porque existem suficientes conhecimentos e fatos concretos que podem sustentar a tomada de decisões, aqui e agora. Entretanto, os representantes do grande capital e os tecnocratas, alegando defender os interesses da economia, rejeitam a adoção de medidas elementares tais como o PPP (Princípio Poluidor Pagador e o da Precaução). O PIB reflete somente uma parcela da realidade, distorcida pelos economistas a parte envolvida em transações monetárias. Funções econômicas desenvolvidas nos lares e de voluntários acabam sendo ignoradas e excluídas da contabilidade. Em consequência, a taxa do PIB não somente oculta a crise da estrutura social, mas também a destruição do habitat natural base da economia e da pró-

pria vida humana. Paradoxalmente, efeitos desastrosos são contabilizados como ganhos econômicos. Crescimento pode conter em seu bojo sintomas de anomia social. A onda de crimes nas áreas metropolitanas impulsiona uma próspera indústria de proteção e segurança, que fatura bilhões. Seqüestros e assaltos a bancos atuam como poderosos estimulantes dos negócios das companhias de seguro, aumentando o PIB. Algo semelhante ocorre com o ecossistema natural. Quanto mais degradados são os recursos naturais, maior o crescimento do PIB, contrariando princípios básicos da contabilidade social, ao considerar o produto de depredação como renda corrente. O caso da poluição ilustra ainda melhor essa contradição, aparecendo duas vezes como ganho: primeiro, quando produzida pelas siderúrgicas ou petroquímicas e, novamente, quando se gasta fortunas para limpar os dejetos tóxicos. Outros custos da degradação ambiental, como gastos com médicos e medicamentos, também aparecem como crescimento do PIB. A contabilidade do PIB ignora a distribuição da renda, ao apresentar os lucros enormes auferidos no topo da pirâmide social como ganhos coletivos. Tempo de lazer e de convívio com a família são considerados como a água e o ar, sem valor monetário. O excesso de consumo de alimentos e os tratamentos por dietas, cirurgias plásticas, cardiovasculares etc. são outros exemplos da contabilidade, no mínimo bizarra, sem falar dos bilhões gastos com tranqüilizantes e tratamentos psicológicos. A onda crescente de desemprego, que se alastra nos países latino-americanos, além dos efeitos psicológicos e sociais devastadores na vida dos indivíduos, seus familiares e comunidades, repercute também negativamente nas respectivas economias nacionais. Somando os efeitos de políticas macroeconômicas perversas com os da política salarial e trabalhista, sob forma de flexibilização e precarização dos contratos de trabalho, ocorre uma transferência de parcelas crescentes da renda nacional para o capital, com as proporcionais perdas na renda do trabalho. A compressão dos salários e rendimentos do trabalho associada à alta taxa de juros e a remessa ao exterior a título de juros, dividendos e royalties, têm um poderoso efeito recessionista. Reduzindo a renda disponível nas mãos da população, cai a demanda, a produção, a arrecadação de impostos, numa espécie de círculo vicioso, arrastando nessa tendência recessiva também a poupança e os investimentos. Os regimes políticos atuais, baseados na lógica do mercado e orientados para a exacerbação do consumo material, sem preocupação com o uso racional dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente, parecem incapazes de conceber e implantar políticas condutivas à sustentabilidade. A ascensão das ONGs, apesar de avanços e retrocessos temporários, tem exercido papel fundamental, além de sua participação crescente e irrecusável nas conferências internacionais convocadas pelas Nações Unidas, na concretização lenta, mas segura, em direção à humanização das relações entre governos e governados, em praticamente todas as sociedades. São significativas as conquistas da humanidade, graças a presença e ao empenho das ONGs, nos cenários nacional e internacional, durante os últimos anos. O banimento das minas-terrestres, a criação da Corte de Justiça de Roma; a aprovação do protocolo de Kyoto; a resistência ao AMI (Acordo Multilateral sobre Investimentos) e o fortalecimento do combate à violação dos Direitos Humanos, em praticamente todos os países, devem ser motivos de orgulho e de confiança no futuro da sociedade democrática mundial. Colocando a tecnologia de ponta a serviço da intercomunicação e constituição de redes, com vastas ramificações internacionais, a participação democrática constitui um desafio inédito às políticas e à postura autoritária e centralizadora do Estado que se tornou agente da globalização imposta pelas forças econômicas financeiras e da mídia, cuja atuação reduz os cidadãos comuns a meros objetos descartáveis e manipuláveis, tanto no sistema de produção quanto nas manifestações da cultura de massa, de consumo e de lazer. A emergência de iniciativas locais ou mesmo internacionais organizadas por grupos de voluntários protestando ou resistindo, desde à construção de centrais nucleares até a repressão de liberdades democráticas e, mais recentemente, contestando as reuniões das organizações multilaterais, constituem um fenômeno inédito no cenário político internacional. A nova ordem mundial está sendo construída por esses diferentes atores sociais, na transição de um mundo de estados territoriais e soberanos, para uma sociedade planetária. Não podemos perder de vista o objetivo estratégico de longo prazo a construção de uma

sociedade sustentável amparada em um sistema de governança global. Reafirmamos, todavia, nossa premissa que percebe a realidade como construção social, e acreditamos que, como nunca antes na História da Humanidade, os povos do mundo têm seu destino e o das gerações futuras em suas próprias mãos. Desta forma faz-se urgente uma discussão ampla de diversos segmentos da ciência a fim de buscar soluções e alavancar alternativas na multiplicidade dos diversos aspectos a serem aludidos e discutidos pela ciência.

Oliveira, D. L.  
Editora